

I Concurso - Prova Específica

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

I CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Data: 3.10.76 Ponto sorteado n° 07

1° Quesito:

A Câmara Criminal, à unanimidade de votos, deu provimento ao recurso de ofício (artigo 7° , da Lei, 1.521, de 26-12-51). O Juiz, atendendo ao pronunciamento do Promotor, havia ordenado o arquivamento do inquérito policial. Determinou, ainda, aquele órgão de segunda instância, a instauração da respectiva ação penal pois os fatos apurados no inquérito tipificavam crime contra a saúde pública. O Promotor está obrigado a denunciar em decorrência da determinação contida no acórdão? Resposta fundamentada.

2° Quesito:

Que entende por infidelidade partidária e que sanção legal para puní-la no sistema do direito político brasileiro?

3° Quesito:

Em que se distinguem o sistema proporcional e sistema majoritário de sufrágio eleitoral?

4° Quesito:

Que se entende por regime estatutário na relação de serviço público?

5° Quesito?

A sociedade comercial "A", regularmente constituída e em funcionamento com o negócio de indústria e comércio de madeiras, mediante alvará de licença em ordem, teve seu alvará de licença cassado e sua atividade embargada pela autoridade administrativa em virtude de estar poluindo a zona residencial em que se situava, com a expedição, por janelas e portas, de grande quantidade de pó de madeira, que invadia os domicílios da vizinhança. A sociedade havia sido antes, por duas vezes, intimada a fazer cessar a poluição ambiental que provocava. Assim embargada em sua atividade, a sociedade impetrou Mandato de Segurança, argüindo: a) que havia sido violado seu direito constitucional de exercer uma atividade empresarial lícita (art. 153, § 23 C.F.); b) que o ato administrativo era manifestamente abusivo, de vez que só por mandado judicial poderia seu estabelecimento ser fechado, nunca pela autoridade administrativa, no exercício arbitrário das próprias razões, com o auxílio, inclusive, da força policial. Após as informações de praxe, foram os autos ao órgão do Ministério Público, para seu pronunciamento. Emita, à vista dos dados fornecidos o pronunciamento do Ministério Público (Atenção: Não assinar o parecer).

B O A S O R T E !

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

DO RIO DE JANEIRO

I CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA DE DIREITO CIVIL, COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL

Data: 26-09-76 Ponto sorteado n° 10

1° Quesito:

A Sociedade X emitiu duplicatas, em decorrência de um contrato de fornecimento de mercadorias estabelecido com a sociedade Y. Venceram-se as duplicatas no mês de novembro de 1971. É possível, ainda, a X, cobrar o valor das duplicatas? Resposta fundamentada.

2° Quesito:

Em que hipóteses não se pode opor a exceção do contrato não cumprido? Resposta fundamentada.

3° Quesito:

Ao falecer em 1970, A deixou três filhos: B, filho natural, nascido de pais solteiros e reconhecido quando o pai já era casado com outra mulher; C, filho legítimo; e D, adúltero, nascido de mãe solteira, na constância do casamento do pai, que já se encontrava separado de fato de sua mulher legítima. Depois do desquite, em 2-3-1943, A reconheceu D. Como fazer a divisão da herança de A entre seus filhos? Resposta fundamentada.

4° Quesito:

Que espécie de ato pratica o juiz quando julga o cálculo do imposto causa mortis (C.P.C., art. 1013, § 2°): trata-se de sentença, de decisão interlocutória, ou de despacho? Qual o recurso cabível contra esse ato? (Justifique a resposta).

5° Quesito:

Qual a figura prevista no art. 54 do C.P.C.? Temos, ali afinal, um caso de assistência ou de litisconsórcio? (Crítica objetiva ao texto).

BOASORTE!

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

DO RIO DE JANEIRO

I CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Data: 19-09-76 Ponto sorteado nº 10

1º Quesito:

A prova testemunhal isolada vale, por si só, como corpo de delito indireto? Fundamente a resposta.

2º Quesito:

Cabe ação privada subsidiária da pública no caso de arquivamento do inquérito policial ou de qualquer outra peça de informação? Justifique a resposta.

3º Quesito:

Praticando Mévio, arbitrariamente, contra Tício, vias de fato, o que fez no exercício da função pública, realizou, em todos os seus elementos, o crime tipificado no art. 322 do Código Penal. Daí a denúncia oferecida, no Juízo da 18ª Vara Criminal da Capital, dando-se como incurso nas sanções do art. 322 citado e na da contravenção definida no art. 21 da lei específica, em cúmulo material. Sentenciado o feito, resultou ao réu a pena de seis meses de detenção, além da acessória de perda da função pública. Relativamente à contravenção, ficou o Juízo com a sua absorção pelo crime. Apelam MP e réu; a) o primeiro, visando a acumulação material da pena relativa a contravenções; b) o segundo, a exclusiva aplicação da pena de multa, em face, como alega, da revogação do art. 322 do Código Penal, pela Lei nº 4.898, de 09.12.65, através da letra "i" do seu art. 3º. Dê parecer fundamentado sobre ambos os recursos.

4º Quesito:

a) Qual o momento consumativo do crime de roubo, nas suas diversas espécies?

b) qual a natureza jurídica do tipo definido no art. 158 do Código Penal? Especifique os seus elementos.

BOASORTE!